PODCAST DO CORREIO

Pressa pela regulação

Para presidente da CropLife, a previsibilidade das leis e a modernização precisam ser prioridade do Lula 4

» ROBERTO FONSECA
» RAFAELA GONÇALVES

Ed Alves CB/DA Press



Ana Repezza afirmou que as empresas precisam de maior previsibilidade regulatória

Empresas do setor de bioinsumos e defensivos agrícolas esperam avanços nas discussões sobre a modernização da legislação durante o quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com a nova composição do Congresso. Em entrevista, ontem, ao *podcast* do **Correio**, a presidente da CropLife Brasil, Ana Repezza, defendeu que a discussão sobre a Lei de Proteção de Cultivares, a regulamentação dos bioinsumos e dos defensivos químicos e a redução do tempo de análise para a aprovação de novas tecnologias destinadas ao campo precisam ser a prioridade do Lula 4.

Aos jornalistas Roberto Fonseca e Rafaela Gonçalves, Ana Repezza afirmou que o setor precisa de maior previsibilidade regulatória para manter os investimentos em pesquisa e inovação. Segundo ela, há moléculas de defensivos químicos que aguardam de seis a oito anos pela aprovação dos órgãos reguladores. "A nossa expectativa é que a gente consiga fazer a regulação no Brasil ser ainda mais dinâmica", afirmou a presidente da entidade, que representa 53 empresas ligadas a quatro segmentos: bioinsumos, defensivos químicos, biotecnologia e sementes. As associadas faturaram R$ 114 bilhões em 2024 e investem mais de R$ 3 bilhões em pesquisa e inovação.

Uma das principais demandas da CropLife é a Lei de Proteção de Cultivares. Segundo Repezza, a legislação precisa ser modernizada para acompanhar as novas tecnologias disponíveis para a agricultura. Regras mais claras sobre a inovação são importantes para estimular investimentos e ampliar o acesso dos produtores a novas tecnologias. No Congresso, a expectativa é manter o diálogo com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Ana Repezza avalia que a frente reúne representantes de diferentes estados e tem importância na tramitação de propostas relacionadas ao agronegócio.

Repezza citou casos em que o desenvolvimento de uma nova molécula exige investimentos de aproximadamente US$ 11 milhões, além de anos de pesquisa e da elaboração de dossiês técnicos para comprovar a eficácia e a segurança do produto. Atualmente, a avaliação envolve o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Confira a entrevista com a presidente da Croplife, Ana Repezza

Celeridade

A proposta da entidade é estabelecer um fluxo de trabalho mais coordenado entre os três órgãos, com maior protagonismo do Ministério da Agricultura. Ana argumenta que a demora prejudica tanto as empresas responsáveis pela inovação quanto os produtores que deixam de ter acesso às novas tecnologias. Ela ponderou que a regulação brasileira tem critérios importantes para garantir a qualidade e a segurança dos produtos agrícolas, mas pode ganhar dinamismo sem perder o rigor.

Segundo dados da Croplife, mais de 194 milhões de hectares brasileiros tiveram cobertura de bioinsumos em 2025. Nos últimos cinco anos, a adoção da tecnologia registrou taxas de crescimento superiores a 10%. A pesquisa com bioinsumos no país, de acordo com Repezza, não é recente. A Embrapa trabalha com o tema há mais de 70 anos, enquanto empresas privadas ampliaram os investimentos no desenvolvimento de soluções para proteção das culturas, nutrição do solo, fixação de nitrogênio e estímulo ao crescimento das plantas.

> **A nossa expectativa é que a gente consiga fazer a regulação no Brasil ser ainda mais dinâmica"**
>
> ***Ana repezza,***
> presidente da CropLife Brasil

A disputa por mercados e padrões regulatórios também esteve entre os temas da conversa. Repezza afirmou que o Brasil é um mercado atrativo para empresas estrangeiras e defendeu que fabricantes chineses possam atuar no país desde que cumpram as exigências legais aplicadas às demais companhias. Na avaliação da presidente, as relações comerciais entre Brasil e China tendem a crescer, com oportunidades para o fornecimento de insumos agrícolas e para a exportação de produtos brasileiros. Ela mencionou que a China busca se aproximar de padrões internacionais de regulação e qualidade.

CONTAS PÚBLICAS

Dívida do Brasil chega a R$ 11,1 trilhões

O setor público consolidado — União, estado, municípios e estatais — registrou deficit primário de R$ 5,5 bilhões em setembro, enquanto a dívida bruta permaneceu em 82,9% do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a R$ 11,1 trilhões.

Os dados foram divulgados, ontem, no relatório de Estatísticas Fiscais do Banco Central (BC). O deficit primário corresponde à diferença entre receitas e despesas do governo, sem considerar os juros da dívida pública.

O endividamento ficou estável em relação a agosto, mas permanece no maior patamar desde 2021, período marcado pelos efeitos econômicos da pandemia de covid-19. Na comparação com setembro de 2025, quando o deficit primário foi de R$ 17,5 bilhões, houve melhora no resultado das contas públicas.

Ao detalhar o resultado das acontas públicas, o relatório mostra que o Governo Central foi responsável pelo superavit de R$ 3,5 bilhões; estados e municípios tiveram deficit conjunto de R$ 5,6 bilhões; as empresas estatais contabilizaram saldo negativo de R$ 3,4 bilhões.

O resultado negativo consolidado, ao somar as três esferas de governo, ficou em R$ 5,497 bilhões, abaixo do deficit primário de R$ 10 bilhões registrado em agosto e dos R$ 17,5 bilhões de setembro do ano passado.

Apesar da melhora, as contas públicas acumularam deficit primário de R$ 94,3 bilhões entre janeiro e setembro de 2026, equivalente a 0,93% do PIB. (**Agência Brasil**)

